

COMANDO 5 REGIAO MILITAR

Termo de Referência 20/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2026	160219-COMANDO 5 REGIAO MILITAR	PAULA CRISTINA MAFRA MONTEIRO	30/03/2026 13:54 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
IV - concessão e permissão de uso de bens públicos/Concessão de uso de bens públicos	23/2026	64317.008568/2026-00

1. PERMISSÃO DE USO

1.1. Permissão de uso, a título oneroso, de bens imóveis de domínio da União, de um lote único de espaço, composto por frações destinadas à organização, promoção e execução de eventos esportivos, para atender às necessidades da 5ª Região Militar, compreendendo a realização dos eventos programados, podendo ser alterados mediante justificativa, por motivo de força maior, caso fortuito ou por interesse da Administração, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DA MEDIDA	QUANTIDADE VALOR	VALOR MÍNIMO
1	Permissão de Uso de áreas internas e adjacentes ao do Forte do Pinheirinho para exploração comercial por empresa especializada em eventos esportivos, mediante planejamento, organização, promoção e execução dos eventos “Corrida do Forte” (23/08/2026)	SERVIÇO	1	R\$ 2.218,88

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **serviços comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação será de **90 (noventa)** dias, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, contados da emissão da respectiva ordem de permissão de uso, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, abrangendo os períodos de montagem, realização e desmontagem dos eventos.

1.4. A **UNIÃO** é legítima possuidora da área a ser cedida, encontrando-se livre e desembaraçada de qualquer ônus judicial ou extrajudicial, hipoteca legal ou convencional, ou ainda qualquer outro ônus real.

1.5. O valor de referência (VR) corresponde ao valor para a Permissão de Uso, fixado em valor mínimo aceitável de R\$ 2.218,88 (dois mil duzentos e dezoito reais e oitenta centavos), sendo este o valor mínimo para aceitação da proposta financeira, conforme critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

1.6. No sistema eletrônico de Compras do Governo Federal, o licitante apresentará lance, sendo o lance máximo aceitável fixado em R\$ 100,00 (cem reais), o qual corresponderá à proposta mínima aceitável no valor de R\$ 2.218,88 (dois mil duzentos e dezoito reais e oitenta centavos), conforme a simulação abaixo:

VALOR DO LANCE (VL)	VALOR DA PROPOSTA (VP)
100,00	2.218,88
99,00	2.241,29
98,00	2.264,16
50,00	4.437,76
30,00	7.396,27
1,00	221.888,00
0,01	22.188.800,00

Fórmula: $VP = (100 \times VR) / VL$

Onde: VP = Valor da Proposta; VR = Valor de Referência (R\$ 2.218,88); VL = Valor do Lance.

1.7. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O valor da proposta (VP) aumentará à medida que o valor do **lance** (VL) diminuir, sendo declarado vencedor do certame eletrônico o licitante que oferecer o menor valor de lance (VL), desde que atendidas todas as exigências operacionais e legais previstas neste Termo de Referência e no Edital.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na necessidade de viabilizar a realização de eventos esportivos institucionais promovidos pelo Forte do Pinheirinho, com vistas à promoção da integração entre militares e sociedade civil, ao incentivo à prática de atividades físicas e ao fortalecimento da imagem institucional do Exército Brasileiro.

2.2. A solução adotada consiste na Permissão de Uso Onerosa de bens imóveis de domínio da União, precedida de Pregão Eletrônico para seleção de empresa especializada na organização, planejamento, promoção e execução de eventos esportivos de corrida, nos termos da legislação vigente – especialmente da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 10.987/2021.

2.3. A utilização do instrumento da Permissão de Uso Onerosa encontra respaldo no ordenamento jurídico aplicável à administração e gestão do patrimônio público, bem como nos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público. Esta modalidade permite a realização dos eventos, transferindo à empresa permissionária os custos, riscos e responsabilidades decorrentes da execução, sem ônus financeiro para a Administração.

2.4. A contratação tem por finalidade a seleção de uma única empresa, a qual será responsável pela execução integrada do evento “Corrida do Forte”, programado, inicialmente, para 23 de agosto de 2026. A data poderá ser alterada, mediante justificativa, em razão de caso fortuito, força maior ou interesse da Administração, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

2.5. A empresa permissionária deverá executar todas as atividades necessárias à realização do evento, incluindo, entre outras: gestão de inscrições; fornecimento de kits aos atletas; cronometragem eletrônica; montagem e desmontagem da infraestrutura; sinalização e controle dos percursos; atendimento médico; segurança; limpeza das áreas utilizadas; obtenção de licenças e autorizações legais; e contratação de seguros obrigatórios.

2.6. À Administração caberá a disponibilização das áreas necessárias à realização do evento, a coordenação institucional e a fiscalização do cumprimento das obrigações assumidas pela empresa permissionária. Não se caracteriza, em qualquer hipótese, prestação de serviços à Administração Pública, mas sim utilização temporária de bem público para finalidade específica.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. São de exclusiva responsabilidade da **PERMISSIONÁRIA** toda a infraestrutura necessária à realização do evento, incluindo, mas não se limitando a: tendas, estandes, pisos, divisórias, gradis, pórticos, iluminação, rede elétrica provisória, cabines sanitárias, mobiliário, sinalização horizontal e vertical, decoração, banners, faixas, sistemas de sonorização, equipamentos de cronometragem e quaisquer outros equipamentos, estruturas e materiais indispensáveis à perfeita execução do evento. Compete ainda à PERMISSIONÁRIA realizar a **limpeza total das áreas utilizadas**, imediatamente após o encerramento do evento.

3.2. A **PERMISSIONÁRIA** deverá fornecer sistema de iluminação adequado e suficiente para todo o percurso da corrida, local de chegada, local de premiação e demais áreas adjacentes ao evento, garantindo a segurança dos atletas, público e equipes envolvidas.

3.3. É de responsabilidade exclusiva da **PERMISSIONÁRIA** assumir todos os ônus decorrentes das despesas necessárias à realização do evento, incluindo: custos operacionais, tributos, taxas, contribuições, fretes, descarregamento, armazenagem, contratação de pessoal, serviços terceirizados, bem como a contratação e manutenção dos seguros obrigatórios (seguro de responsabilidade civil e seguro de acidentes pessoais) e despesas relativas à obtenção de documentos e autorizações exigidos pela legislação vigente.

3.4. A **PERMISSIONÁRIA** será integralmente responsável pelo custeio dos **reparos, consertos ou reposições de instalações, estruturas ou bens eventualmente danificados ou quebrados em decorrência da realização do evento**, devendo promover a imediata recomposição do patrimônio ao estado anterior, sem ônus para a Administração.

3.5. Compete à **PERMISSIONÁRIA**, sob sua inteira responsabilidade, providenciar todas as licenças, alvarás, autorizações e permissões para a realização do evento junto aos órgãos municipais, estaduais e demais entidades competentes. A documentação comprobatória deverá ser apresentada à Comissão Organizadora do Forte do Pinheirinho com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data prevista para o evento.

3.6. A PERMISSIONÁRIA deverá providenciar, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data do evento, o Plano de Evacuação, o Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, autorizações do ECAD e quaisquer outros documentos técnicos exigidos pelos órgãos competentes, observada a legislação vigente.

3.7. É de responsabilidade exclusiva da PERMISSIONÁRIA proceder à demarcação, validação, balizamento e sinalização de todo o percurso das corridas, mediante utilização de faixas, placas, cones, cavaletes, grades e equipes de apoio, em conformidade com as exigências dos órgãos públicos competentes. A PERMISSIONÁRIA deverá manter contato prévio com tais órgãos para obtenção das autorizações necessárias. O plano de percurso e sinalização deverá ser apresentado com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data do evento.

3.8. As inscrições deverão ser integralmente gerenciadas pela PERMISSIONÁRIA, por meio de sistema eletrônico auditável, com acompanhamento em tempo real pela Administração. O número máximo de participantes será definido no instrumento convocatório, observados os critérios de segurança e as autorizações dos órgãos competentes.

3.9. A **PERMISSIONÁRIA** deverá disponibilizar kits de participação, observados os modelos mínimos definidos neste Termo de Referência. É vedada a cobrança de valores superiores aos limites estabelecidos, salvo mediante prévia autorização da Comissão Organizadora do Forte do Pinheirinho.

3.10. A comercialização de inscrições e kits deverá observar o disposto na Lei nº 12.933/2013, que trata do benefício da meia-entrada, quando aplicável.

3.11. Os percursos das corridas compreenderão, no mínimo, as distâncias de 5 km e 10 km, conforme planejamento do evento, iniciando-se e encerrando-se em áreas definidas pela Administração. Ajustes poderão ser feitos mediante coordenação prévia com a Comissão Organizadora do Forte do Pinheirinho.

3.12. Todos os participantes regularmente inscritos receberão medalha de participação, cujo modelo ficará submetido à apreciação da Comissão Organizadora do Forte do Pinheirinho.

3.13. A Administração poderá cancelar ou suspender a realização do evento em caso de ausência de licenças/autorizações ou por motivo de interesse público. Não caberá à PERMISSIONÁRIA qualquer direito a ressarcimento ou indenização.

3.14. Toda a arte gráfica e o layout dos materiais relacionados aos kits dos participantes, bem como dos materiais de divulgação do evento, deverão ser submetidos previamente à aprovação da Administração Pública. Não poderão ser produzidos, divulgados ou utilizados sem anuência formal do órgão competente.

3.15. Todo o planejamento, execução, divulgação e publicidade do evento serão de inteira e exclusiva responsabilidade da PERMISSIONÁRIA, podendo contar, ou não, com apoio institucional da Organização Militar, a critério exclusivo de seu interesse.

3.16. KITS DE PARTICIPAÇÃO (MODELOS E VALORES SUGERIDOS)

Kit Mínimo

- Inscrição no evento;
- Número de peito (numeração oficial);

- Medalha de participação.

Preço máximo: R\$ 70,00

Kit Básico

- Inscrição no evento;

- Número de peito;

- Camiseta personalizada do evento;

- Medalha de participação.

Preço máximo: R\$ 200,00

Kit Militar

- Inscrição no evento;

- Número de peito;

- Camiseta personalizada do evento;

- Medalha de participação.

Preço máximo: R\$ 120,00

3.17. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS MATERIAIS

a) Número de peito:

Confeccionado em material resistente, com numeração oficial e adequado para uso em corrida.

b) Medalha de participação:

Medalha comemorativa do evento, produzida em material durável, com identidade visual alusiva ao evento e à 5ª Região Militar.

c) Camiseta personalizada do evento (quando aplicável):

Camiseta esportiva confeccionada em **tecido de poliamida**, com tecnologia de absorção de suor, liberdade de movimentos e modelagem adequada à prática de corrida.

d) Arte e identidade visual:

Toda a arte gráfica, layout e identidade visual dos materiais integrantes dos kits, bem como dos materiais de divulgação do evento, deverão ser previamente submetidos à aprovação da Administração Pública, sendo vedada sua produção ou divulgação sem autorização formal. **Os modelos, materiais, cores e identidade visual das camisetas, em especial, também deverão ser previamente submetidos à aprovação da Comissão Organizadora do Forte do Pinheirinho, sendo vedada a inclusão de conteúdos ou marcas não autorizadas.**

3.18. ALTERAÇÃO DE PREÇOS DE INSCRIÇÃO

Os valores de inscrição do evento poderão ser alterados, desde que devidamente justificados pela PERMISSONÁRIA e previamente autorizados pela Administração. Deverão ser observados os princípios da razoabilidade, modicidade dos preços e interesse público, sendo vedada qualquer alteração sem anuência formal da Administração.

3.19. DESCONTO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (PNE) E PESSOAS COM 60 ANOS OU MAIS

Deverá ser concedido **desconto obrigatório** nos valores de inscrição aos **participantes enquadrados como Pessoas com Necessidades Especiais (PNE)** e às pessoas **com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos**, nos termos da legislação vigente, mediante comprovação documental. O benefício aplicar-se-á exclusivamente sobre o valor da inscrição, conforme critérios previamente aprovados pela PERMISSONÁRIA e pela Administração.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa a ser selecionada deverá ser pessoa jurídica legalmente constituída, com objeto social compatível com a organização, planejamento, promo e execução de eventos esportivos, especialmente corrida.

4.2. A PERMISSONÁRIA deverá comprovar capacidade técnica e operacional para execução do objeto, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que demonstrem experiência anterior na realização de eventos esportivos de por complexidade compatíveis com o objeto desta contratação.

4.3. A PERMISSONÁRIA deverá dispor de estrutura organizacional, recursos humanos, materiais e logísticos suficientes para garantir a execução integral do evento, incluindo equipes técnicas, operacionais, de segurança, atendimento médico e apoio, em quantitativo compatível com o número estimado participantes.

4.4. A PERMISSONÁRIA deverá assumir integral responsabilidade civil, administrativa, trabalhista e financeira pela execução do evento, respondendo quaisquer danos causados à Administração, a terceiros ou aos participantes, decorrentes de sua atuação ou de seus prepostos.

4.5. Será obrigatória a contratação e manutenção, durante todo o período de montagem, realização e desmontagem do evento, dos seguintes seguros, mínimo:

4.5.1. Seguro de Responsabilidade Civil, com cobertura para danos corporais e materiais causados a terceiros;

4.5.2. Seguro de Acidentes Pessoais, com cobertura para participantes e pessoal envolvido na execução do evento.

4.6. A PERMISSONÁRIA deverá cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, ambiental e de segurança do trabalho, responsabilizando-se por todos os encargos decorrentes da contratação de pessoal e de serviços necessários à execução do objeto.

4.7. A PERMISSONÁRIA deverá observar as normas e determinações da Administração Militar, especialmente aquelas relacionadas à segurança, instalações, controle de acesso, identidade visual institucional e condutas vedadas nas áreas sob administração da 5ª Região Militar.

4.8. É vedada a subcessão, cessão ou transferência da Permissão de Uso, total ou parcial, a terceiros, a qualquer título, sem prévia e expressa autorização da Administração.

4.9. A PERMISSONÁRIA deverá atender às exigências constantes deste Termo de Referência, do instrumento convocatório e dos Termos de Permissão de Uso, bem como às orientações da Comissão Organizadora da 5ª Região Militar, durante todas as fases de execução do evento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. A execução do objeto seguirá a dinâmica descrita a seguir, sob coordenação e fiscalização da **Comissão Organizadora da 5ª Região Militar**.

5.1.1. A PERMISSONÁRIA deverá ajustar previamente com a Comissão Organizadora os termos, datas e horários para início e término das atividades de montagem/desmontagem de toda a infraestrutura necessária à realização do evento.

5.1.2. Toda a infraestrutura externa às áreas internas do Forte do Pinheirinho deverá estar integralmente montada e operacional até, no mínimo, **02 (duas) horas antes do horário previsto para a largada** do evento, devendo todos os fornecedores e equipes estar aptos para atendimento aos atletas e ao público.

5.1.3. A montagem de estruturas que envolvam áreas internas do Forte do Pinheirinho deverá observar rigorosamente as normas de segurança militar, sendo as datas e horários previamente submetidos à Comissão Organizadora, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, para coordenação interna e adoção das medidas de controle necessárias.

5.1.4. A PERMISSONÁRIA deverá apresentar à Comissão Organizadora, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, a programação detalhada de montagem, incluindo cronograma, layout das estruturas, relação de equipamentos, fornecedores, prestadores de serviço, equipes envolvidas e dimensões das tendas e demais instalações, para fins de análise e aprovação.

5.1.5. A conclusão da execução do objeto se dará somente após a desmontagem integral da infraestrutura e a limpeza completa das áreas utilizadas, devendo tais atividades ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o encerramento do evento, sob autorização da Comissão Organizadora.

Local da Prestação da Permissão de Uso

5.2. O evento será realizado nas áreas internas e adjacentes ao Comando da 5ª Região Militar – Forte do Pinheirinho, localizado na Rua 31 de Março, s/nº – Pinheirinho, Curitiba – PR, CEP 81150-900, conforme áreas e percursos previamente definidos e autorizados.

Materiais e Infraestrutura

5.3. Para a perfeita execução do objeto, a PERMISSONÁRIA deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades compatíveis com o porte do evento, promovendo sua substituição imediata quando necessário, conforme áreas e percursos previamente definidos e autorizados.

Informações Relevantes para Dimensionamento da Proposta

5.4. Para fins de elaboração da proposta, deverão ser observadas as seguintes características:

5.4.1. As áreas a serem utilizadas compreenderão espaços internos e adjacentes à 5ª Região Militar, destinados à largada, chegada, apoio aos atletas, atendimento médico, premiação e demais estruturas necessárias à realização das corridas.

5.4.2. A Permissão de Uso terá como finalidade exclusiva a realização do evento esportivo “Corrida do Forte” em 23 de agosto de 2026, podendo haver

ajustes por motivo de força maior ou interesse público, mediante comunicação formal da Comissão Organizadora.

5.4.3. O **número máximo de participantes** do evento será de **até 2.000 (dois mil) inscritos**, limite este definido com base em critérios de segurança, capacidade operacional e autorizações dos órgãos competentes, **podendo ser alterado mediante prévia e expressa autorização da Administração**, devidamente justificada.

5.4.4. A **PERMISSIONÁRIA** será responsável por planejar, organizar e orientar o estacionamento dos atletas, devendo sugerir previamente locais adequados, bem como promover a devida sinalização e divulgação dessas informações aos participantes. Não será permitida a utilização das áreas internas de estacionamento da 5ª Região Militar por atletas civis, salvo autorização expressa da Administração, sendo permitido apenas para militares e integrantes da organização do evento.

5.4.5. Quanto à infraestrutura de apoio aos atletas e à premiação:

a) a energia elétrica poderá ser disponibilizada em pontos previamente definidos pela Administração, cabendo à **PERMISSIONÁRIA** a instalação da rede elétrica provisória a partir desses pontos;

b) todo o material necessário à distribuição de energia elétrica e água será de responsabilidade da **PERMISSIONÁRIA**;

c) as instalações elétricas estarão sujeitas à vistoria técnica, devendo eventuais impropriedades ser sanadas de imediato.

5.4.6. A **PERMISSIONÁRIA** deverá assegurar acessibilidade a atletas com deficiência ou mobilidade reduzida, caso haja inscrição de participantes nessas condições, sob orientação da Comissão Organizadora do Forte do Pinheirinho.

5.4.7. Qualquer item a ser comercializado nas áreas objeto da Permissão de Uso deverá ser previamente submetido à aprovação da Comissão Organizadora do Forte do Pinheirinho.

5.4.8. É expressamente vedada a comercialização e/ou distribuição de bebidas alcoólicas, cigarros, produtos similares, fogos de artifício, bem como a veiculação de propaganda político-partidária ou conteúdos que afetem negativamente a imagem institucional do Exército Brasileiro ou façam apologia à violência ou à prática de crimes.

5.4.9. A **PERMISSIONÁRIA** deverá disponibilizar, no mínimo, 08 (oito) banheiros químicos para eventos com até 500 (quinhentos) inscritos. A partir desse quantitativo, deverá ser acrescido 01 (um) banheiro químico adicional para cada 100 (cem) inscritos excedentes, garantindo adequada capacidade de atendimento ao público.

5.4.10. A descrição das áreas a serem utilizadas constará de croqui específico, a ser disponibilizado à empresa vencedora quando da assinatura do Termo de Permissão de Uso.

5.4.11. Os valores de inscrição e dos kits observarão os limites estabelecidos neste Termo de Referência, devendo quaisquer alterações serem previamente autorizadas pela Comissão Organizadora.

5.4.12. Os layouts, artes gráficas, camisetas, medalhas, e demais itens de divulgação ou kits deverão ser submetidos à aprovação prévia da Comissão Organizadora do Forte do Pinheirinho.

5.4.13. O serviço será permanentemente acompanhado e fiscalizado pela Comissão Organizadora da 5ª Região Militar.

5.4.14. A **PERMISSIONÁRIA** deverá providenciar atendimento médico e pré-hospitalar, compatível com o porte do evento, durante todo o período de realização.

Inscrições e Entrega de Kits

5.5. As inscrições serão integralmente coordenadas pela **PERMISSIONÁRIA**, com acompanhamento em tempo real pela Administração.

5.6. As datas de início e término das inscrições deverão ser definidas pela **PERMISSIONÁRIA**, mediante aprovação da Comissão Organizadora.

5.7. A listagem final de inscritos deverá ser entregue à Comissão Organizadora em até **02 (dois) dias úteis** após o encerramento das inscrições.

5.8. O local, datas e horários de entrega dos kits deverão ser propostos pela **PERMISSIONÁRIA** e submetidos à aprovação da Comissão Organizadora.

Procedimentos Relativos à Corrida

5.9. Caberá à **PERMISSIONÁRIA** providenciar a **distribuição gratuita de água potável**, incluindo estrutura adequada de hidratação ao longo do percurso e na área de chegada.

5.9.1. A **PERMISSIONÁRIA** deverá fornecer alimentação adequada à equipe de trabalho envolvida na execução do evento no dia da corrida, bem como aos atletas, em quantidade e qualidade compatíveis com o porte do evento

5.10. A **cronometragem e apuração dos resultados** serão realizadas por meio de sistema eletrônico (chip e tapete ou tecnologia equivalente), sob

responsabilidade da PERMISSONÁRIA.

5.10.1. A **PERMISSONÁRIA** deverá disponibilizar os resultados oficiais das provas no prazo máximo de 01 (uma) hora após a chegada do quinto colocado de cada categoria.

5.11. A **cerimônia de premiação** deverá ocorrer imediatamente após o encerramento de cada prova, conforme programação previamente aprovada pela Comissão Organizadora.

5.11.1. A **PERMISSONÁRIA** deverá fornecer medalhas específicas aos 05 (cinco) primeiros colocados de cada categoria.

5.11.2. Para as categorias civis ou militares, em todas as faixas etárias, nas distâncias de 5 km e 10 km, deverão ser premiados, no mínimo, os 05 (cinco) primeiros colocados, com medalha e troféu personalizado conforme a classificação. As demais categorias deverão contemplar, no mínimo, os 03 (três) primeiros colocados, com os mesmos materiais.

5.12. A PERMISSONÁRIA deverá disponibilizar condições adequadas para a realização de coquetel de recepção destinado a autoridades e convidados de honra, conforme orientações e quantitativo definidos pela Comissão Organizadora.

Categorias da Corridas do Forte do Pinheirinho

5.13. As corridas promovidas no Forte do Pinheirinho serão disputadas nas seguintes categorias e faixas etárias, observadas as distâncias de 10 km e 5 km:

a) Comunidade – 10 km

Faixas etárias:

- 18 a 24 anos
- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 54 anos
- 55 anos ou mais

b) Militar – 10 km (Masculino e Feminino)

Faixas etárias:

- 18 a 24 anos
- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 54 anos
- 55 anos ou mais

c) Comunidade – 5 km

Faixas etárias:

- 14 a 24 anos
- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 54 anos
- 55 anos ou mais

d) Militar – 5 km (Masculino e Feminino)

Faixas etárias:

- 14 a 24 anos
- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 54 anos
- 55 anos ou mais

e) Categorias Gerais

Independentemente das faixas etárias, haverá ainda:

- Categoria Geral Masculino
- Categoria Geral Feminino

f) Alteração de categorias

Caso seja de interesse da Administração, poderá ser solicitada a alteração, inclusão ou adequação das categorias, desde que devidamente justificada e previamente autorizada pela Administração Pública, observados os princípios da isonomia, segurança e interesse público.

6. Gestão e Fiscalização

6.1. A gestão e a fiscalização da Permissão de Uso Onerosa serão exercidas pela Comissão Organizadora do **Forte do Pinheirinho**, designada por ato administrativo próprio, competindo-lhe acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto em todas as suas fases, desde o planejamento até a conclusão.

6.2. Caberá à Comissão Organizadora atuar como **gestora da permissão**, sendo responsável pela interlocução institucional com a PERMISSIONÁRIA, pela análise e aprovação dos planos, cronogramas, documentos e projetos apresentados, bem como pelo registro das ocorrências relevantes relacionadas à execução da Permissão de Uso.

6.3. A fiscalização será exercida de forma **preventiva, concomitante e posterior**, abrangendo, entre outros aspectos:

6.3.1. O cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório;

6.3.2. A observância dos prazos e cronogramas aprovados;

6.3.3. A adequação da infraestrutura instalada;

6.3.4. O cumprimento das normas de segurança, acessibilidade e higiene;

6.3.5. A regularidade das licenças, autorizações e seguros obrigatórios;

6.3.6. O respeito às normas internas da 5ª Região Militar.

6.4. A Comissão Organizadora poderá designar **fiscais setoriais**, conforme a necessidade, para acompanhar aspectos específicos da execução, tais como infraestrutura, segurança, atendimento médico, logística, inscrições, kits, cronometragem e limpeza das áreas.

6.5. A PERMISSIONÁRIA deverá **facilitar a ação da fiscalização**, disponibilizando acesso irrestrito às áreas, estruturas, documentos, sistemas de inscrição, relatórios e demais informações necessárias ao acompanhamento da execução, sempre que solicitado pela Administração.

6.6. Compete à Comissão Organizadora verificar e atestar o cumprimento das obrigações assumidas pela PERMISSIONÁRIA, registrando eventuais inconformidades, falhas ou descumprimentos, e notificando formalmente a PERMISSIONÁRIA para adoção das medidas corretivas cabíveis.

6.7. O acompanhamento da execução não exclui nem reduz a responsabilidade da PERMISSIONÁRIA pelos danos causados à Administração, a terceiros ou aos participantes, decorrentes de sua atuação ou de seus prepostos.

6.8. A Comissão Organizadora deverá acompanhar o recolhimento das obrigações financeiras decorrentes da Permissão de Uso, incluindo o pagamento do valor da permissão e das eventuais despesas de consumo de energia elétrica e água, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU), certificando-se da regularidade dos pagamentos nos prazos estabelecidos.

6.9. Constatada a inexecução total ou parcial das obrigações, a Administração poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, incluindo a aplicação de sanções, a suspensão ou o cancelamento da Permissão de Uso, observado o contraditório e a ampla defesa.

6.10. A fiscalização abrangerá, ainda, a **verificação da adequação da identidade visual**, dos materiais de divulgação e das marcas veiculadas nos eventos, assegurando o respeito à imagem institucional da 5ª Região Militar e às restrições estabelecidas neste Termo de Referência.

6.10.1. Todo e qualquer conteúdo publicitário, material gráfico, digital ou audiovisual relacionado aos eventos **deverá ser previamente submetido à aprovação da Administração** Pública, sendo vedada sua divulgação sem autorização expressa da 5ª Região Militar.

6.11. Após a realização do evento, a Comissão Organizadora elaborará relatório de execução, registrando a conformidade da PERMISSIONÁRIA quanto às obrigações assumidas, a situação das áreas utilizadas, a ocorrência de incidentes e a regularidade dos recolhimentos financeiros.

6.12. A conclusão da Permissão de Uso somente será reconhecida após a entrega do relatório final da PERMISSIONÁRIA, a desmontagem completa de toda a infraestrutura, a limpeza e a restituição das áreas utilizadas ao estado original, sem ônus para a 5ª Região Militar.

7. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E MULTAS

7.1. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas pela PERMISSIONÁRIA, bem como a inexecução do objeto, sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, observados o contraditório, a ampla defesa e os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

7.2. A aplicação das sanções terá caráter educativo, preventivo e corretivo, priorizando-se, sempre que possível, a regularização da execução do objeto, sem prejuízo da responsabilização nos casos de descumprimento grave.

7.3. SANEAMENTO PRÉVIO

7.3.1. Constatada irregularidade passível de correção, a Administração notificará formalmente a PERMISSIONÁRIA para que promova o saneamento no prazo que lhe for assinalado, sem aplicação imediata de penalidade.

7.3.2. O não atendimento da notificação ou a reincidência da irregularidade ensejará a aplicação das sanções cabíveis.

7.4. MULTAS

7.4.1. As multas serão aplicadas de forma gradual e proporcional, conforme a gravidade da infração, nos seguintes termos:

7.4.1.1. Multa moratória: 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado no cumprimento das obrigações, limitada ao máximo de **10% (dez por cento)** do valor da Permissão de Uso;

7.4.1.2. **Multa compensatória: de até 10% (dez por cento)** do valor da Permissão de Uso, nos casos de inexecução parcial do objeto, quando não caracterizada infração grave;

7.4.1.3. **Multa compensatória: de até 20% (vinte por cento)** do valor da Permissão de Uso, nos casos de inexecução total, abandono da execução, desistência injustificada ou descumprimento grave das obrigações assumidas.

7.4.2. Consideram-se infrações graves, entre outras:

7.4.2.1. A realização do evento sem as licenças, alvarás ou autorizações essenciais;

7.4.2.2. A não contratação ou manutenção dos seguros obrigatórios;

7.4.2.3. A inobservância das normas de segurança, colocando em risco participantes, colaboradores ou terceiros;

7.4.2.4. A veiculação de publicidade vedada ou ofensiva à imagem institucional do Exército Brasileiro;

7.4.2.5. O abandono injustificado da execução do evento.

7.5. RESPONSABILIZAÇÃO DO RESPONSÁVEL LEGAL

7.5.1. A PERMISSIONÁRIA responderá integralmente pelos danos causados à Administração, a terceiros ou aos participantes do evento.

7.5.2. O responsável legal da empresa, devidamente identificado no Termo de Permissão de Uso, será responsabilizado nos termos da legislação civil, administrativa e penal aplicáveis, nos casos de comprovado dolo, fraude, abuso de direito ou desvio de finalidade.

7.6. COBRANÇA E OUTRAS SANÇÕES

7.6.1. As multas aplicadas poderão ser cobradas mediante Guia de Recolhimento da União (GRU), nos termos da legislação vigente.

7.6.2. A aplicação das sanções previstas neste item não exclui a possibilidade de rescisão da Permissão de Uso, nem afasta a responsabilização civil, administrativa ou penal da PERMISSIONÁRIA, quando aplicável.

7.6.3. Nos casos de rescisão decorrente de força maior ou caso fortuito, a Permissão de Uso será encerrada sem aplicação de penalidades.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

8.1. A seleção da PERMISSIONÁRIA dar-se-á por meio de PREGÃO ELETRÔNICO, realizado no sistema eletrônico oficial de compras do Governo Federal, adotando-se o critério de julgamento de MAIOR RETORNO FINANCEIRO PARA A ADMINISTRAÇÃO, no qual o menor valor de lance (VL) corresponde à maior proposta financeira (VP), mediante lance inverso.

8.2. Será declarada vencedora a licitante que apresentar o menor valor de lance (VL) — em que o menor valor de lance corresponderá à maior proposta financeira para a União — no sistema eletrônico, desde que atendidas integralmente as exigências de habilitação jurídica, técnica, fiscal e econômico-financeira previstas no instrumento convocatório.

8.3. O Pregão Eletrônico será realizado em **lote único**, abrangendo a execução integrada do evento "**Corrida do Forte do Pinheirinho – 5ª Região Militar**", a ser realizado em **23 de agosto de 2026**, sendo expressamente vedada a adjudicação parcial do objeto.

8.4. O valor da proposta financeira (VP) será calculado conforme fórmula definida no instrumento convocatório, observando-se o valor de referência mínimo estabelecido, sendo vedada a aceitação de proposta inferior ao valor mínimo fixado pela Administração.

8.5. A habilitação da licitante classificada em primeiro lugar será realizada após a fase de lances, conforme os critérios e documentos exigidos no edital, sendo facultada à Administração a realização de diligências para esclarecimento ou complementação de informações, nos termos da legislação vigente.

8.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão aplicados os critérios de desempate previstos na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento convocatório.

8.7. A Administração reserva-se o direito de revogar ou anular o referido certame, total ou parcialmente, por motivo de interesse público devidamente justificado ou por ilegalidade, nos termos da legislação vigente, sem que caiba aos licitantes qualquer direito a indenização.

9. HABILITAÇÃO

9.1. Para fins de habilitação na Chamada Pública, as licitantes deverão comprovar o atendimento às exigências de habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista, nos termos da legislação vigente e do instrumento convocatório.

9.2. A habilitação será conferida mediante análise da documentação apresentada pelas licitantes, devendo atender aos requisitos estabelecidos nos itens subsequentes.

9.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.3.1. A habilitação jurídica será comprovada mediante a apresentação de:

- a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com objeto social compatível com a organização e execução de eventos esportivos;
- b) documentos de eleição ou designação de seus administradores, quando aplicável;
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

9.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.4.1. A licitante deverá comprovar capacidade técnica e operacional para execução do objeto, mediante apresentação de atestado(s) emitido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove(m) a realização de eventos esportivos, preferencialmente corridas, de porte e complexidade compatíveis com o objeto desta Permissão de Uso.

9.4.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter, no mínimo, informações que permitam identificar:

- a) o objeto executado;
- b) o período de realização;
- c) o local do evento;
- d) o público aproximado atendido.

9.5. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.5.1. A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada mediante a apresentação de:

9.5.1.1. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal;

9.5.1.2. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

9.5.1.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.6.1. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação de certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

9.6.2. A Administração poderá exigir outros documentos de qualificação econômico-financeira, quando devidamente justificado no instrumento convocatório, observados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

9.7. DECLARAÇÕES

9.7.1. A licitante deverá apresentar, ainda, as seguintes declarações:

9.7.1.1. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que conhece e aceita as condições estabelecidas no instrumento convocatório e neste Termo de Referência;

9.7.1.2. Declaração de inexistência de fato impeditivo para contratar com a Administração Pública;

9.7.1.3. Declaração de que não emprega menor em condições proibidas pela legislação trabalhista, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal.

9.8. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO

9.8.1. A documentação de habilitação será exigida após a fase de julgamento, em conformidade com o procedimento adotado na Chamada Pública.

9.8.2. A Administração poderá realizar diligências para esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

9.8.3. O não atendimento a qualquer das exigências de habilitação implicará a inabilitação da licitante, observadas as disposições legais e editalícias.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A participação na Chamada Pública implica **pleno conhecimento e aceitação** de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório. Não caberá à licitante alegar desconhecimento posterior de quaisquer disposições; o descumprimento implicará a inabilitação da licitante, observadas as disposições legais e editalícias.

10.2. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na interpretação deste Termo de Referência serão resolvidos pela Administração, à luz da legislação vigente – especialmente da Lei nº 14.133/2021 – observados os princípios da legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e interesse público.

10.3. A Permissão de Uso de que trata este Termo de Referência **não gera qualquer vínculo trabalhista, previdenciário ou societário** entre a Administração Pública e a PERMISSIONÁRIA. Esta será a única responsável por seus empregados, prepostos e terceiros envolvidos na execução do objeto.

10.4. A PERMISSIONÁRIA não fará jus a qualquer tipo de indenização, ressarcimento ou compensação financeira por investimentos realizados, despesas incorridas ou lucros cessantes, em caso de cancelamento do evento por motivo de interesse público, força maior ou caso fortuito, devidamente justificados pela Administração.

10.5. A Administração poderá, a qualquer tempo, **revogar ou anular** a Chamada Pública, total ou parcialmente, por razões de interesse público ou por ilegalidade, nos termos da legislação vigente. Não decorrerá direito à indenização às licitantes ou à PERMISSIONÁRIA.

10.6. O presente Termo de Referência integra o processo administrativo de Chamada Pública para Permissão de Uso Onerosa e servirá de base para a elaboração do instrumento convocatório e dos Termos de Permissão de Uso.

10.7. Fica eleito o **foro da Justiça Federal**, Seção Judiciária do Paraná, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução da Permissão de Uso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10.8. Como contrapartida institucional vinculada à Permissão de Uso Onerosa, a **PERMISSIONÁRIA** deverá disponibilizar 30 (trinta) kits de brinde, do tipo kit básico, **sem ônus para a Administração**, destinados a militares diretamente envolvidos na organização, coordenação e fiscalização dos eventos.

10.8.1. A entrega dos kits de brinde deverá ocorrer em data e local definidos pela Comissão Organizadora, antes da realização do evento. Não caracteriza, em qualquer hipótese, vantagem pessoal, remuneração ou benefício individual aos militares, mas sim ação institucional vinculada à execução do objeto.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FERNANDO PEROTTI HONORI

Autoridade competente

PAULA CRISTINA MAFRA MONTEIRO

Equipe de apoio